

Ulysses acredita em acordo para a Ordem Econômica

Da Reportagem Local

O presidente do PMDB e do Congresso constituinte, deputado Ulysses Guimarães (SP), afirmou ontem que acredita em acordo entre o Centrão e as lideranças do PMDB no Título "Da Ordem Econômica". Ulysses admitiu que se trata de um assunto "difícil, complexo e complicado", mas disse que confia no "entendimento". "Este é o nosso Cabo das Tormentas", disse.

A alternativa proposta por Ulysses é jogar as diferenças entre os grupos para a legislação complementar, única forma que ele vislumbra ser capaz para evitar o confronto. "Na hora 'H', no momento decisivo, ninguém vai querer o confronto."

Segundo o deputado, a utilização da legislação complementar para a superação de divergências não configura "escapismo". Fixados os

princípios para a Constituição, discute-se o restante na legislação complementar, onde, segundo Ulysses, "você pode fazer 15, 20, 30, até 60 artigos e estas matérias na Constituição têm que ser frequentemente compartimentadas em um artigo e poucos parágrafos", diminuindo as chances de acordo.

Outro fator que leva Ulysses a acreditar em entendimento é a própria dinâmica dos trabalhos do Congresso constituinte. "A tradição tem sido o acordo. Quem tem a perder sempre faz um acordo. Se der 280 votos, não havendo o entendimento, haverá vencidos e vencedores. E como todos entendem que têm a perder é possível que se faça uma composição", disse ele.

As maiores divergências concentram-se, segundo Ulysses, na definição do conceito de empresa nacional, na questão da mineração nas faixas de fronteira e nas áreas indígenas e a distribuição dos combustíveis, tema que estava caminhando para o entendimento, "mas agora surgiram divergências que precisam ser amainadas".

Centristas preparam-se para um confronto na votação do título

Da Sucursal de Brasília

Após as tentativas frustradas de um acordo para a votação do Título "Da Ordem Econômica e Financeira", o Centrão prepara-se para um confronto com a liderança do PMDB e garante que tem pelo menos 280 votos para aprovação de seu projeto. "Amanhã, todo o nosso pessoal estará aqui", disse ontem o deputado Daso Coimbra (PMDB-RJ), responsável pela convocação dos membros do Centrão. Apesar de o início da votação do título estar previsto para hoje, o Centrão pode forçar um adiamento até amanhã. No título estão em jogo o conceito de empresa nacional, os critérios para a exploração dos recursos minerais e para a reforma agrária, além da intervenção do Estado na economia.

Aos telefonemas e telegramas de convocação, somou-se o fornecimento, por entidades empresariais, de uma dezena de jatinhos, que serão

acionados para buscar constituintes atrasados ou faltosos. O Centrão convocou um a um seus membros, obtendo a promessa de que até mesmo o deputado Mário Bouchardet (PMDB-MG), o constituinte que mais falta as sessões, estará em Brasília para votar o título.

O Senador Severo Gomes (PMDB-SP), coordenador das negociações em nome da liderança do partido, não acredita, porém, que o Centrão tenha 280 votos para aprovar seu projeto. "Acho muito pouco provável", disse, lembrando que o grupo só conseguiu reunir este quórum nas votações da alteração do regimento interno do Congresso constituinte, do sistema de governo e do mandato dos futuros presidentes da República.

Em defesa da definição de empresa nacional proposta pela Comissão de Sistematização, mais de cem pequenos e médios empresários estarão hoje nas galerias do Congresso.



O presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, é cercado por peemedebistas ao chegar ao Diretório Regional do partido em São Paulo (centro)

Para governistas, texto do Centrão tem 300 votos

Da Reportagem Local

Constituintes fiéis ao governo informaram ontem ao presidente José Sarney que o substitutivo do Centrão ao capítulo da Ordem Econômica pode ser aprovado já nesta quarta-feira por pouco mais de 300 votos. Ontem pela manhã, alguns parlamentares governistas —entre eles os deputados Ricardo Fiúza (PFL-PE) e Luiz Eduardo Magalhães (PFL-BA) e o senador Alvaro Pacheco (PFL-PI)— calcularam que cerca de 500 constituintes estarão em Brasília esta semana e que, com esse número, o substitutivo do Centrão será aprovado.

Os políticos que articulam a base de sustentação de Sarney no Congresso constituinte não querem negociação sobre os temas mais polêmicos da Ordem Econômica: aprovado o substitutivo que é do seu interesse, eles vão simplesmente se ausentar das votações em que os parlamentares de esquerda, ou aqueles que são hostis ao governo, vão tentar alterar certos pontos deste capítulo. Os sarneyzistas acreditam que, se por alguma falha de mobilização, o substitutivo do Centrão não puder ser aprovado, também o texto da Comissão de Sistematização —que interessa a seus colegas de esquerda e aos apositores do governo— não

conseguirá reunir os 280 votos necessários à aprovação.

Anúncio de medidas

Parlamentares fiéis ao governo pensaram em marcar uma reunião para ontem à tarde, em Brasília, onde examinariam a estratégia política a seguir no curso da semana, mas como muitos de seus companheiros ainda estavam em São Paulo —onde compareceram, na noite de anteontem, à festa de aniversário do deputado peemedebista Roberto Cardoso Alves (um dos mais notórios coordenadores do Centrão), a reunião terminou adiada para hoje. À noite, muitos desses políticos

compareceram ao aniversário do presidente José Sarney, no Palácio da Alvorada.

Os constituintes fiéis a Sarney esperam para essa semana novas medidas do governo destinadas a reduzir o déficit público e a conter o crescimento da inflação —que, acreditam, podem influir positivamente para o aumento do apoio ao substitutivo do Centrão. Além da divulgação do fim de mais subsídios, esses parlamentares aguardam que o governo anuncie cortes nos orçamentos dos ministérios e medidas de ordenação nos setores monetário e fiscal. (RL)

PRINCIPAIS TEMAS DA NOVA CONSTITUIÇÃO

JÁ APROVADOS				A SEREM VOTADOS					
Título I — Dos Princípios Fundamentais	Título II — Dos Direitos e Garantias Fundamentais	Título III — Da Organização do Estado	Título IV — Da Organização dos Poderes e do Sistema de Governo	Título V — Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas	Título VI — Da Tributação e do Orçamento	Título VII — Da Ordem Econômica e Financeira	Título VIII — Da Ordem Social	Disposições Transitórias	
A República Federativa do Brasil é um Estado Democrático de Direito. Visa à formação de uma sociedade justa, aberta e solidária. Condenação dos preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade ou outros. Busca da integração da América Latina.	Direito à vida, liberdade, segurança e propriedade. Racismo é crime inafiançável. Livre manifestação do pensamento. Tortura, tráfico de drogas e terrorismo são crimes inafiançáveis e não podem ser anistiados. Direito de propriedade. Inviolabilidade das comunicações.	Não haverá pena de morte ou prisão perpétua. Habeas-corpus e habeas-data. Mandado de injunção e ação popular. Indenização de 40% do FGTS para demissão imotivada. Jornada semanal de trabalho de 44 horas.	Licença-maternidade de 120 dias e licença-paternidade de oito dias. Pagamento adicional de 50% para hora extra. Organização sindical e liberdade de greve. Nacionalidade. Voto facultativo aos 16 anos. Organização dos partidos políticos.	Bens e deveres da União. Organização administrativa de Estados e municípios. Organização do serviço público.	Atribuições do Congresso Nacional. Sistema de governo. Defesa nacional. Poder Judiciário (STF, magistratura, Justiça Militar, Superior Tribunal de Justiça etc.). Ministério Público.	Estado de defesa e de sítio. Papel constitucional das Forças Armadas.	Adicional de IR sobre ganho de capital. Maior transferência de recursos da União para Estados e Municípios. Legislativo com poderes para alterar orçamento da União.	Saúde. Previdência, assistência e seguridade social. Educação. Cultura. Esportes. Ciência e tecnologia. Comunicação. Meio ambiente. Índios.	Mandato do presidente Sarney. Anistia a militares cassados. Criação do Estado de Tocantins.
Votação encerrada em	28 janeiro	11 fevereiro	14 março	12 abril	12 abril	21 abril			